

POLÍTICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS ÀS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

MARILEIDE GONÇALVES FRANÇA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
marileide.franca@ufes.br

SUSANA COUTO PIMENTEL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
scpimentel@ufrb.edu.br

As políticas educacionais voltadas à tecnologia assistiva no processo de inclusão escolar se constituem como eixo central para a garantia do acesso, permanência, participação e aprendizagem dos/as estudantes com deficiência, na medida em que a sua elaboração, implantação e implementação podem ser determinantes na oferta e na qualidade de serviços direcionados a esse alunado nos sistemas públicos de ensino.

Nesse sentido, as políticas desencadeadas no Brasil, como a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação Inclusiva (PNEE-EI), no ano de 2008 (Brasil, 2008), têm contribuído para o crescimento de matrículas de estudantes com deficiência na rede regular de ensino, em classes comuns. O acesso desses/as estudantes nos diferentes níveis de ensino tem impulsionado o desenvolvimento de políticas e ações voltadas à promoção do acesso, permanência, participação e aprendizagem. Nesse contexto, temos a garantia do atendimento educacional especializado, previsto no art. 4º da LDB/1996 como dever do Estado, que ganhou centralidade nas políticas de educação especial no Brasil (Garcia, 2016), constituindo-se como complementar ou suplementar a formação dos estudantes, visando sua autonomia e independência.

A sua oferta, conforme estabelece a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009 (Brasil, 2009), pode ser realizada em “[...] salas de recursos multifuncionais ou em centros de atendimento especializado da rede pública de ensino ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos” (Brasil, 2009, art. 1º).

As salas de recursos multifuncionais, segundo a Portaria nº 13/2007 seria um “[...] espaço organizado com equipamento de informática, ajudas técnicas, materiais pedagógicos e mobiliários adaptados para atendimento às necessidades educacionais



especiais dos alunos” (Brasil, 2007, p. 1), com vistas ao fortalecimento do processo de inclusão escolar nas classes comuns. Dentre esses recursos está previsto à Tecnologia Assistiva, entendida como “[...] uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência [...]” (CAT, 2007).

Segundo Galvão Filho e Miranda (2012), a Tecnologia Assistiva tem adentrado o contexto educacional e engendrado desafios no que se refere ao seu processo de aquisição, funcionamento e manutenção que inicialmente era fornecido pelo Governo Federal e na contemporaneidade fica sob a responsabilidade dos municípios e estados. Conforme Corrêa (2012), com a adesão dos municípios e estados ao Plano de Ações Articuladas e ao Programa Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais houve mudança na forma de gestão do Ministério da Educação para compra desses equipamentos, que passou a ser realizada em larga escala, por meio do pregão nacional, homogeneizando a aquisição de equipamentos, beneficiando aos interesses do capital e desvinculados das demandas dos sistemas de ensino.

Além disso, os sistemas públicos de ensino, podem dispor de financiamento para compra de recursos de Tecnologia Assistiva, por meio de programas federais, voltados à essa modalidade de ensino, como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para além do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Diante desse cenário, buscamos discutir as políticas educacionais voltadas à tecnologia assistiva no processo de inclusão escolar no Brasil, no período de 2015 a 2024. Para tanto, desenvolvemos um estudo de natureza qualitativa, do tipo pesquisa bibliográfica, na tentativa de identificar estudos que focalizaram essa temática e compreender as contribuições e as lacunas presentes na literatura da área.

Desse modo, consultamos as pesquisas disponíveis no Banco de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), os artigos publicados no banco de dados do Scientific Electronic Library Online (SciELO) e trabalhos publicados na Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Educação (Anped).



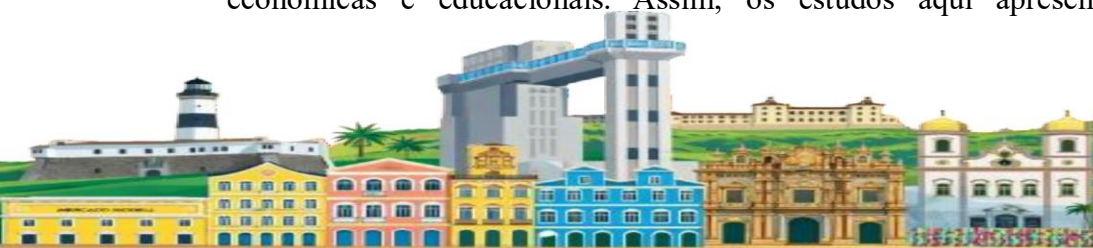
Para a compilação dos materiais do balanço de produção no Banco de Dissertações e Teses da Capes, na BDTD, no Scielo e no portal da Anped, elegemos como recorte temporal o período de 2015 a 2024. O ano inicial foi escolhido como marco cronológico, considerando a publicação da Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Brasil, 2015).

Para a realização da busca, utilizamos os seguintes termos: Tecnologia Assistiva, Política Educacional, Educação Especial, Educação Inclusiva e Financiamento da Educação, que foram combinados entre si, por meio do operador booleano and (Tecnologia Assistiva and Política Educacional; Tecnologia Assistiva and Política Educacional and Educação Especial, entre outras combinações), na tentativa de encontramos um maior número de estudos.

Para a escolha dos estudos, fizemos a análise dos títulos e dos resumos, estabelecendo como critério de inclusão à articulação com a nossa temática de pesquisa - políticas educacionais voltadas às tecnologias assistivas no processo de inclusão escolar; ter sido desenvolvida na área da educação e na educação básica; e a disponibilidade do documento na íntegra. Desse modo, foram desconsideradas àqueles que não se relacionavam com o objeto de estudo; focavam na discussão das práticas pedagógicas, formação de professores, tecnologias educacionais e inclusão digital; estudos duplicados; publicações indisponíveis; pertenciam à outras áreas de conhecimento; e estavam voltadas ao ensino superior,.

No banco da Capes, encontramos 104 trabalhos e selecionamos quatro. Na BDTD, identificamos 442 estudos e elegemos quatro, totalizando oito estudos. Na Scielo e na Anped não identificamos nenhuma produção vinculada à temática proposta. Das pesquisas selecionadas três foram desenvolvidas na região sul, duas no Norte, uma no Sudeste, um no Centro-oeste e uma no Nordeste. Em relação as Instituições, são três privadas, uma estadual e quatro federais.

A literatura pesquisada aponta que as políticas de educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, voltadas à garantia de Tecnologia Assistiva, nos diferentes sistemas de ensino, assumem configurações distintas no seu processo de implantação e implementação, envolvendo disputas, desafios, contradições políticas, econômicas e educacionais. Assim, os estudos aqui apresentados mostraram a



importância da discussão e desenvolvimento de pesquisas sobre o financiamento da educação para o processo de formulação, implantação e avaliação das políticas públicas voltadas à garantia dos direitos constitucionais das pessoas com deficiência, TEA e altas habilidades/superdotação.

A ênfase dos estudos está na análise dos recursos de Tecnologia Assistiva nas políticas educacionais implementadas nos sistemas públicos de ensino, de modo a identificar a sua fonte de aquisição, os tipos de recursos e a sua utilização no processo de escolarização dos/as estudantes com deficiência.

Desse modo, a sistematização de produções sobre o tema mostrou que há poucas pesquisas voltadas a discussão da Tecnologia Assistiva e ao financiamento da educação, principalmente no âmbito dos municípios. Indica também a necessidade de analisar o esforço do Poder Público no provimento de recursos financeiros voltados a garantia desses recursos de Tecnologia Assistiva no processo de escolarização dos estudantes com deficiência.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional– LDB nº.9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial** [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23dez. 1996.

BRASIL. **Edital nº.1 de 26 de abril de 2007c**. Programa de implantação de salas de recursos multifuncionais. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/2007_salas.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasil: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº.4, de 2 de outubro de 2009. Diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 5 out. 2009a. Seção 1, p. 17.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015.

CAT, 2007. **Comitê de Ajudas Técnicas**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: <https://11nq.com/dpd39pw>. Acesso em: 05 jan. 2025.

CORREA, N. M. **Salas de recursos multifuncionais e Plano de Ações Articuladas em Campo Grande** – MS: Análise dos indicadores. Tese (doutorado) – Universidade



Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Campo Grande, 2012.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves; MIRANDA, Therezinha Guimarães. Tecnologia Assistiva e salas de recursos: análise crítica de um modelo. In: GALVÃO FILHO, Teófilo Alves (Org.); MIRANDA, T. G. (Org.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA, 2012, p. 247-266.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Educação especial na perspectiva inclusiva: determinantes econômicos e políticos. **Comunicações Piracicaba**, v. 23, n. 3, p. 7-26, 2016.

